Às quinze horas do dia trinta de julho de dois mil e dezenove, na sala de reunião do 5° andar da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), sito à Av. Venezuela, nº 110, na capital do Estado, sob a presidência da Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, **Ana Lucia Santoro** e do Subsecretário Executivo, Sr**. José** **Mauro de Farias Junior**, reuniu-se em caráter ordinário a Câmara de Compensação Ambiental, de agora em diante denominada CCA, na forma instituída pela Resolução SEA nº 25, de 19 de outubro de 2007, modificada pela Resolução SEA nº 101, de 04 de maio de 2009, modificada pela Resolução SEA No377, de 23 de dezembro de 2013, modificada pela Resolução SEA nº456, de 30 de março de 2015, modificada pela Resolução SEA nº 518, de 02 de junho de 2016, modificada pela Resolução SEA nº 519, de 02 de junho de 2016, modificada pela Resolução SEA nº 524, de 22 de julho de 2016 e modificada pela Resolução SEAS nº 12, de 08 de maio de 2019, estando presentes os seguintes conselheiros: **Eline Martins** representando a Subsecretaria de Conservação da Biodiversidade e Mudanças do Clima (SEAS/SUBCON); **Bernard Giusepe Barbosa** representando a Superintendência de Combate aos Crimes Ambientais (SEAS/SICCA); **Rafael Borges** representandoo Instituto Estadual do Ambiente (INEA); **Kayo Vinicius Romay** representando a Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA (INEA/DILAM); **Marcio Beranger** representando a Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas do INEA (INEA/DIBAP); **Jorge Chaves Junior** representando a Diretoria de Recuperação Ambiental (INEA/DIRAM); **Fernando Vitor Passos** representando a Coordenação Regional 8 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); **Sergio Bonecker** representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); **Fernanda Garcia Gomes** representando a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); **Luiz Antônio da Silva Santos** representando a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA); **Hugo Barbosa Amorim** representante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); **Patrícia Figueiredo de Castro** representante da Rede de ONGs da Mata Atlântica e **Daniel Homem de Carvalho** representante da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio). Os representantes da Diretoria de Pós Licença do INEA (DIPOS/INEA) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não compareceram à reunião. O Sr. Flavio Ahmed justificou a ausência em razão de estar em viagem ao exterior. Participaram também, como convidados: Fabio Cardoso Pereira e Marcos Gaspar (SEAS/SUBEXEC); Diego Alves, Diego Kouri, Gabriela Campagna, Claudia Almeida, Karina Simini, Luiz David Martins, Monique Rieiro e Kamilla Machado (SEAS/SUPFIP); Zélia Ramalho (DGAF); Julia Bochner (INEA/DIBAPE); Fernanda Garcia Gomes (ICMBio); Maria Margarida de Oliveira (Rede de ONGs); Helio Vanderlei Coelho (ANAMMA); Claudia Ribeiro Teixeira, Natacha Kede e Nathalia Garbois (Prefeitura de Miguel Pereira) e Valeria Ferro e Roberta Guimarães (IDG); **I** – **ABERTURA DA REUNIÃO PELA SECRETÁRIA:** A secretária Ana Lucia saudou a todos os presentes informando que na reunião de hoje a SUBEXEC iria complementar as informações relacionadas ao exercício que se vem fazendo de readequação do Fundo e de conversas com os proponentes de projetos aprovados na CCA. **II – APROVAÇÃO DA ATA**: Foi aprovada a ata da 73ª Reunião Ordinária da CCA, sendo assinada pelos Conselheiros presentes na última reunião. **III** – **CENÁRIO FINANCEIRO**: o Subsecretário Mauro iniciou a apresentação informando que no que diz respeito a despesa e a destinação das compensações ambientais, esse assunto já foi bastante esmiuçado e que agora a equipe vai se debruçar na fase da receita, tentando regulamentar todas as carteiras do mecanismo que não foram regulamentadas ainda, para que se possa avançar inclusive, na aproximação do empresariado do Rio de Janeiro, que hoje, graças ao INEA, que faz uma interface de maneira muito transparente, está querendo se aproximar da Secretaria para abarcar projetos nossos apesar do entrave que se tem hoje, por não termos a regulamentação dessas carteiras. Na próxima reunião, provavelmente será apresentado algo no sentido de alavancar as receitas. Hoje a posição da carteira de compensação ambiental tem um saldo de 159 milhões de reais, Regularização Fundiária 8.800 milhões, Instrumento Fiduciário 33.200 milhões, Restauração Florestal 8.600 milhões, Instrumento TAC 4.300 milhões, CA Federal 3.200 milhões e Outras Fontes 16.600 milhões, totalizando um valor de 233.800 milhões. Numa comparação entre os dados de fevereiro/19 e junho/19, tínhamos um saldo de 168 M passando a 159 M. Os valores compromissados em fev/19, ou seja, saldo aprovado de projetos ainda não contratados mais saldo a executar de contratos em andamento correspondiam a 150 milhões e em junho/19, com a ação de cancelamento de projetos INEA/SEA (- 28M), negociação com Prefeituras (- 12 M) e aditivos e novo projeto (+ 3 M) correspondem a 113 milhões. Os projetos aprovados e não enviados, ainda sem previsão de cancelamento (INEA/SEA/ICMBio) em fev/19, correspondiam 42 M e em junho/19, com as ações de cancelamento de projetos não enviados ao gestor operacional (- 14 M), cartão vinculado para execução (- 2,7 M) e renegociação com Prefeituras com 3 projetos suspensos não enviados (-3,5 M), correspondem a 22 milhões. **IV – CENÁRIO DE PROJETOS: IV.1) – ANDAMENTO DA READEQUAÇÃO DE PROJETOS PREFEITURAS -** Conformeavalizado pela Câmara na última reunião, aCoordenação do FMA conversou com 16 proponentes de Prefeituras e em comum acordo com elas, conseguiu-se reduzir os valores dos projetos aprovados, chegando a uma economia de 12 milhões num montante de 22 milhões. Atingiu-se mais de 50% de redução. As Prefeituras saíram da reunião entendendo perfeitamente o cenário atual. **IV.2) – ANDAMENTO DA READEQUAÇÃO DE PROJETOS SEA/INEA –** com relação aos projetos da casa,22 projetos em execuçãoforam cancelados gerando uma economia de 28 milhões. **A** Subsecretária Eline, após apresentação do projeto “Olho no Verde” na reunião do Conselho do FECAM, conseguiu que fosse aprovado a contratação de mais 1 ano de projeto, utilizando recursos do FECAM. Finalizando, na fase de negociação, teve-se uma economia de 40 milhões com o cancelamento de projetos INEA/SEA em execução mais as reduções advindas das reuniões com as Prefeituras. Na reorganização de projetos anteriores a 2017, liberou-se 14 milhões com o cancelamento de projetos antigos a distribuir e cancelamento de projeto antigo suspenso. Hélio Vanderlei perguntou se, baseado na remuneração de 100% do CDI, existe alguma instância que faça crítica dessa gestão monetária? Mauro respondeu que essa é uma preocupação da subsecretaria também. Ainda não houve tempo de auditar essa remuneração do encargo financeiro desse contrato com o gestor financeiro. Gostaria de sugerir que se deliberasse algo oficial para auditar essas contas desde o início. Foi colocado em votação que seria feita uma auditoria financeira junto ao gestor financeiro Bradesco das remunerações do capital investido lá. Foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. Foi colocado em votação também, que a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade ficaria autorizada a enviar ao Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG, termo de referência para contratação de uma auditoria externa para, no Êxito, ser remunerado caso encontre recursos a serem recuperados junto ao gestor financeiro Bradesco, para o Fundo da Mata Atlântica. Caso seja deserta ou não tenha sucesso na contratação por Êxito, a Secretaria submeterá projeto a ser submetido à Câmara de Compensação para aprovação de orçamento específico para isso. Foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. A Conselheira Fernanda Gomes votou a favor, com a ressalva de se sentir desconfortável com relação a essa contratação, mesmo que seja no Êxito, sem antes passar pela Câmara o percentual que vai ser repassado. A Conselheira Patrícia Figueiredo solicitou que, antes de ir a plenário da CCA um projeto para a Auditoria financeira dos rendimentos do Bradesco, fosse elaborado um parecer jurídico sobre o uso de recursos de compensação para esta finalidade, tendo em vista não existe previsão na Lei do SNUC e no decreto que a regulamenta. **V -** **NOVO PROJETO: “Projeto de Restauração Florestal de 3,45 ha do Monumento Natural Municipal Gruta dos Escravos” –** (E-07/026.1426/19) Proponente: Prefeitura de Miguel Pereira. Valor estimado: R$ 248.791,12 (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e noventa e um reais e doze centavos). O projeto tem como objetivo contribuir com o fortalecimento do Mosaico da Mata Atlântica Central-Fluminense, do Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar, e das Unidades de Conservação municipais, por meio da restauração florestal de áreas de domínio público no município, com o objetivo de ampliar a conexão entre as Unidades de Conservação. Posto em votação, foi **APROVADO** por unanimidade, conforme Art. 11, I, do Regimento Interno. **VI -** **ENCERRAMENTO**: Agradeci a equipe da SUPFIP e da SUBEXE, bem como a participação de todos e dei por encerrada a reunião. Eu, José Mauro de Farias Jr, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os representantes da Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro presentes nesta data. Rio de Janeiro, 30 de julho de dois mil e dezenove.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANA LUCIA SANTORO**SEAS**MARCIO BERANGER**INEA/ DIBAPE**KAYO ROMAY**INEA/DILAM**FERNANDO PASSOS**ICMBio**LUIZ ANTONIO SANTOS**ANAMMA**DANIEL CARVALHO**ACRio | **MAURO FARIAS**SEAS/SUBEXEC**RAFAEL BORGES**INEA**JORGE CHAVES JR**INEA/DIRAM**FLAVIO AHMED**OAB**PATRÍCIA FIGUEIREDO DE CASTRO**REDE DE ONGs | **ELINE MARTINS**SEAS/SUBCON**SERGIO BONECKER**UFRJ**BERNARD BARBOSA**CICCA**FERNANDA GOMES**FIRJAN**HUGO AMORIM**UFRRJ |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |